

Em defesa de uma Extensão Rural Agroecológica¹

Francisco Roberto Caporal²

RESUMO: O imperativo socioambiental, importante componente da crise civilizatória em que nos encontramos, exige novas políticas públicas para o desenvolvimento rural. Diante do desafio de apoiar estratégias de desenvolvimento sustentável o país carece de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – Ater imbuídos do propósito de contribuir para uma ampla transição agroecológica, visando a construção de sistemas agrícolas mais resilientes e não apenas mais produtivos economicamente. Como é sabido, abunda a bibliografia que analisa os equívocos da Revolução Verde e as consequências indesejáveis do modelo de difusão de tecnologia que orienta a prática extensionista, a partir da Teoria da Difusão de Inovações. Está cada vez mais claro que o modelo de extensão rural baseado no difusionismo é incapaz de dar as respostas para a crise socioambiental. Do mesmo modo, a trajetória da maioria dos aparatos de extensão rural públicos e privados, nos últimos anos, mesmo depois de instituída a Política Nacional de Extensão Rural – Pnater (2004), mostra que estamos longe de alcançar uma ação extensionista que seja transformadora, capaz de incluir os excluídos do campo, minimizar a pobreza rural e apoiar a busca de sustentabilidade ambiental nos processos de desenvolvimento rural. Em geral, o que se observou nos últimos anos foi a inclusão da palavra sustentável nos objetivos e projetos apenas como uma forma de qualificar o discurso político frente às demandas da sociedade. Não obstante, este discurso da sustentabilidade não encontra eco nas formas de gestão, de decisão política das instituições de Ater e, portanto, não repercute na prática extensionista. Os cenários atuais, num ambiente de múltiplas crises, sugere que as ações de Ater, em especial do setor público, necessitam reinventar-se (não apenas trocar de roupa) de modo que possam passar a atuar pautadas pelo uso de metodologias participativas e por um enfoque agroecológico, devendo os

¹ Este texto tem como base o Capítulo VIII da Tese de Doutorado do autor. (CAPORAL, 1998)

² Engenheiro Agrônomo, Mestre em Extensão Rural pelo CPGER/UFSM, Doutor pelo Programa de “Agroecología, Campesinado e Historia” – ISEC/ETSIAM, Universidad de Córdoba (Espanha).

agentes assumirem imediatamente o papel de facilitadores de processos de desenvolvimento rural, fortalecendo o potencial endógeno dos territórios, comunidades ou agroecossistemas. Ao contrário da prática convencional difusionista de pacotes, a extensão rural para ser contemporânea requer uma ação que parta do conhecimento e análise dos agroecossistemas e que proponha alternativas baseadas em princípios que aproximem a Agronomia da Ecologia a partir de um enfoque holístico e sistêmico. Neste sentido, o conceito de Extensão Rural Agroecológica pode ser um indicativo dos rumos de uma prática extensionista distinta e comprometida com a agricultura familiar camponesa e com as demandas socioambientais e por equidade social que são inquestionáveis atualmente. A velha institucionalidade da extensão rural, com seus ranços corporativos e político-partidários, com modelos de gestão personalistas e verticalistas, deve dar lugar a novas formas institucionais e gerenciais, que sejam capazes de incorporar o discurso que fazem sobre democratização e busca de bem estar das populações. Isto exige um novo profissionalismo, em todos os níveis das instituições, centrado em uma práxis que respeite os direitos de cidadania na gestão interna e, a partir daí, possa fortalecer iniciativas de ação extensionista comprometida com os beneficiários, que respeite os diferentes sistemas culturais, contribua para melhorar os patamares de sustentabilidade ambiental dos agroecossistemas e assegure a produção de alimentos limpos, com melhor qualidade biológica, e acessíveis ao conjunto da população.

Palavras-chave: Assistência Técnica e Extensão Rural; Extensão Rural; Serviço Público; Agricultura Familiar; Desenvolvimento Rural Sustentável; Agroecologia.

1- Introdução

Já nos cansamos de ler sobre as críticas ao modelo difusionista da extensão rural e seu papel como aparato de estado para apoiar o desenvolvimento do capitalismo no campo. O problema, se é que podemos considerar assim, é que a extensão rural não muda sua prática. Se olharmos os documentos, vamos encontrar a palavra sustentável por toda a parte e ao mesmo tempo as velhas unidades demonstrativas, com o uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos sendo

impostas aos agentes de campo e agricultores pelos iluminados que elaboram os projetos e convênios.

A lógica extensionista não consegue mudar porque as instituições vivem uma inércia e uma conduta que não tem nenhum compromisso verdadeiro com a questão socioambiental. Como hipótese, e isso exigiria um estudo específico para comprová-lo, parece que as entidades de Ater vivem para assegurar sua própria sobrevivência institucional o que fica mais evidente quando se trata de incorporar temas atuais como as questões de gênero, raças e etnias, atacar a problemática da pobreza rural ou a perspectiva ambiental.

Diante da noção de desenvolvimento sustentável, que exige e só tem sentido na prática se a Ater trabalhar para colaborar no estabelecimento de estilos de agricultura sustentável, se escancara a dicotomia entre discurso e prática dos aparatos de extensão rural, até porque a sustentabilidade socioambiental está provado que não se alcançará com a repetição continuada e acrítica dos mesmos pacotes tecnológicos padronizados que já se mostraram insuficientes, quando não excludentes.

Por outro lado, a necessária transição agroecológica exigida pelo discurso da sustentabilidade, requer a construção de conhecimentos sobre distintos agroecossistemas e variedades de sistemas culturais e condições econômicas presentes nas realidades do mundo rural e, portanto, de uma ação extensionista que adote objetivos, estratégias, metodologias e práticas compatíveis com os requisitos deste novo processo.

Assim mesmo, uma extensão rural contemporânea deveria atuar como instrumento de política pública para contribuir não só para uma maior e mais qualificada produção de alimentos, como também para ajudar a alavancar a geração de ocupações agrícolas e não agrícolas no meio rural, apoiando os setores mais debilitados da população rural, de modo a garantir melhorias da qualidade de vida desta população, realizando ações capazes de melhorar o acesso dos agricultores familiares às políticas públicas em geral; e, sem dúvidas, a partir de estratégias participativas e democráticas dinamizar processos

produtivos que respeitem o meio ambiente, assegurem a conservação dos recursos naturais e, finalmente possam garantir a produção de alimentos saudáveis.

O que se tem observado é que por falta de definições e decisões políticas claras, a extensão rural, que faz um discurso da sustentabilidade, filia-se, sabendo ou não, à corrente ecotecnocrática da sustentabilidade, que se baseia no otimismo tecnológico (recursos ambientais poderão ser substituídos pelos avanços da ciência e da tecnologia) e sugere a mudança via processos de “intensificação verde”, de uma “nova revolução verde”, impulsinando insustentáveis modelos de monoculturas. Veja-se, por exemplo, as estratégias baseadas na difusão do pacote do plantio direto com o uso intensivo de herbicidas ou mesmo a transferência de pacotes da moda com são os modelos de produção integrada que foram impostos e copiados de outros países.

Como sugeria a antiga Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - Pnater (Brasil, 2004), é um imperativo de nossa época que a extensão rural trabalhe com base nos princípios da Agroecologia, entendida como uma ciência do campo da complexidade que é capaz de oferecer as bases teóricas e metodológicas para os processos de transição a modelos mais sustentáveis de desenvolvimento rural e de agricultura, que possam assegurar objetivos de equidade e inclusão social, estabilidade da produção a longo prazo com sustentabilidade ambiental.

Sob esta orientação teórica e metodológica, a extensão rural poderá reorientar-se em sua contribuição para o desenvolvimento rural sustentável, atuando a partir de um novo conjunto de orientações sociotécnicas, que incluam o entendimento e conhecimento sobre variabilidade espacial e diversa dos agroecossistemas e a importância da biodiversidade e da diversificação como estratégia para a sustentabilidade na agricultura; o reconhecimento e o respeito frente aos diferentes sistemas culturais e de valores das comunidades; a valorização do potencial endógeno do “local”; as iniciativas que possam ajudar na geração de ocupações no meio rural e distribuição da riqueza, assim como o estímulo aos circuitos curtos de comercialização. Logo, se requer uma prática extensionista capaz de

integrar, com igualdade, as dimensões econômica, social, ambiental, cultural, política e ética da sustentabilidade.

2 – Sobre conceitos, estratégias e metodologias para uma Extensão Rural Agroecológica

Como sabemos, tradicionalmente a extensão rural é entendida como uma deliberada intervenção, de natureza pública ou privada, em um dado espaço rural realizada por agentes externos ou por indivíduos do próprio meio, orientada à realização de mudanças no processo produtivo agrosilvopastoril, ou em outros processos socioculturais e econômicos inerentes ao modo de vida da população rural implicada. Trata-se de uma intervenção intencionada, movida por objetivos normativos e levada a cabo através de um processo comunicativo que envolve inúmeros atores possuidores de diferentes conhecimentos e situados em posições assimétricas de poder.

Este, no entanto, é um conceito insuficiente ao ser examinado à luz das novas propostas do desenvolvimento sustentável e da agricultura sustentável. Desde a perspectiva ecotecnocrática, provavelmente bastaria acrescentar ao conceito acima exposto a expressão “mudanças sustentáveis”, para dar à atividade extensionista uma nova roupagem. Entretanto, em vista das novas exigências e enfoques do desenvolvimento rural, entendemos que um conceito mais adequado e completo para a extensão rural orientada ao desenvolvimento sustentável, necessita ter em conta um conjunto de aspectos complementares e explicativos. Neste sentido, parece ser adequado adotar-se o conceito de “Extensão Rural Agroecológica”, que seria *um processo de intervenção de caráter educativo e transformador, baseado em metodologias de investigação-ação participante que permitam o desenvolvimento de uma prática social mediante a qual os sujeitos do processo buscam a construção e sistematização de conhecimentos que os leve a incidir conscientemente sobre a realidade, com o objetivo de alcançar um modelo de desenvolvimento socialmente equitativo e ambientalmente sustentável, adotando os princípios teóricos da Agroecologia como critério para o desenvolvimento e seleção das soluções mais adequadas e compatíveis com as condições específicas de cada agroecossistema e do sistema cultural das pessoas implicadas em seu manejo.*

Este é um conceito mais amplo que aquele que vimos anteriormente, já que inclui a necessidade de uma práxis distinta da convencional e exige a necessidade de considerar e incorporar aos processos de planejamento participativo os diferentes conhecimentos e estruturas de poder que influem nos processos de desenvolvimento e agricultura sustentáveis. Ademais, recomenda que o manejo dos recursos naturais e a adoção de opções tecnológicas sejam entendidos no marco de um processo de natureza construtivista, o que implica investigação, aprendizagem e ação e que, portanto, tem que ser respeitoso para com as pessoas, suas condições objetivas, seus conhecimentos, interesses e necessidades. Isto é, trata-se de uma práxis que respeita o sujeitos sociais envolvidos e que pode conduzir a um modelo de decisão e ação que contempla o caráter histórico e os aspectos políticos do desenvolvimento rural.

A adoção de tal conceito, pode também contribuir para fortalecer os processos de resistência que caracterizam as lutas históricas dos agricultores familiares camponeses, ante as tendências gerais e ameaças do desenvolvimento capitalista no campo. Isto leva a considerar a necessidade de adoção de estratégias diferenciadas para vencer obstáculos hoje existentes, entre os quais cabe destacar aqui os seguintes:

- a) A necessidade de imersão do agente: a compreensão da realidade e da vida das famílias envolvidas no processo de desenvolvimento, o conhecimento dos agroecossistemas e o estabelecimento das estratégias e práticas compatíveis com a realidade só são possíveis se o agente de extensão rural dispor do tempo suficiente e dedicar a atenção que exige cada situação concreta. Isto não é compatível com a busca de resultados imediatistas e exige ações de médio e longo prazo.
- b) O resgate do conhecimento local: exige a adoção de metodologias adequadas, capazes de contribuir para o estabelecimento de uma “plataforma de negociação”, criando oportunidades para a integração do conhecimento local com o conhecimento técnico.
- c) Participação como direito: a participação não pode ser um processo parcial ou somente vigente quando uma das partes crê que é necessária. Participação,

neste caso, implica em empoderamento dos agricultores, horizontalidade na comunicação e igualdade nas oportunidades de expressar as opiniões, tomar decisões e desenvolver as ações.

- d) O processo educativo: a Extensão Rural Agroecológica deve garantir que o processo educativo seja capaz de potencializar o crescimento dos sujeitos como cidadãos, de modo que os atores participantes se envolvam em um processo em que saiam fortalecidas suas capacidades para a ação individual e coletiva, inclusive junto à "sociedade maior". Já não se trata de um processo de persuasão para a adoção das tecnologias transferidas por um agente que sabe, senão que de uma estratégia educativa capaz de construir conhecimentos adequados para a solução de problemas específicos de cada realidade.
- e) Sistematização das experiências: o registro sistematizado dos conhecimentos e das experiências realizadas no campo passa a ser um processo indispensável tanto para facilitar sua socialização entre os membros de cada grupo e entre grupos distintos como para servir como base para futuras avaliações.

A ação da extensão rural em apoio a estratégias de desenvolvimento local e à transição em direção a estilos de agricultura sustentável precisa partir do entendimento da agricultura como um processo permanente de aprendizagem e aplicação prática e que considere que a co-evolução natural do homem com seu meio ambiente e as transformações dos agroecossistemas têm lugar dentro de um sistema planetário finito, de modo que alguns recursos naturais, uma vez utilizados no processo de desenvolvimento, não estarão disponíveis por uma segunda vez, o que exige nova abordagem do desenvolvimento rural. Por isto, a Ater precisa tratar os temas da sustentabilidade e da agricultura desde a perspectiva de uma “construção social”, centrando sua atenção na concepção de aprendizagem social. Ou seja, reconhecendo que os agroecossistemas são o resultado de intervenções humanas e que, portanto, se constroem de diferentes formas, dado que os discursos sobre a natureza e as práticas agrícolas de diferentes grupos sociais estão afetados pela história, a economia, a tecnologia, a ciência, assim como pelos mitos, crenças e conhecimentos locais que influenciam na relação entre natureza e cultura.³

³ Sobre este tema, ver: ESCOBAR, A. (1996) e RÖLING, N. e PRETTY, J. N. (1997).

Ao mesmo tempo, o discurso da sustentabilidade não pode ser dissociado de uma dimensão de temporalidade do modelo a ser adotado, isto é, se sustentabilidade tem a ver com as futuras gerações, logo, a transição agroecológica deve considerar, em primeiro plano, a necessidade de reduzir os efeitos entrópicos inerentes à transformação dos ecossistemas naturais, assim como evitar o desperdício dos recursos naturais não renováveis necessários para manter os ciclos produtivos no futuro. Portanto, não se pode falar de agricultura sustentável desde uma perspectiva de pacotes tecnológicos, até porque as agriculturas mais sustentáveis têm um desenho e um padrão tecnológico localmente definidos, acordes com as condições dos agroecossistemas, dos recursos locais, dos conhecimentos e saberes culturalmente apropriados. Isso (e outras condições que os limites deste texto não permitem explorar) exige que a extensão rural trabalhe de forma participativa e em conjunto com os agricultores, quer dizer, que contribua na dinamizar processos de aprendizagem e ação coletiva.⁴ Assim, a nova prática extensionista, mais que simplesmente ensinar algo a alguém, como sempre se fez, será um processo conjunto de “aprendizagem sobre o mundo”, capaz de contribuir para a transformação profunda de relações sociais que fazem com que o modo de realizar a agricultura afete de forma negativa e incontrolável a natureza.⁵

3 – Mudanças institucionais necessárias

Este novo enfoque, de imediato, exigiria mudanças estruturais e uma nova forma de gestão do aparato extensionista, uma vez que os mecanismos de controle deveriam ser descentralizados e a gestão compartilhada entre agentes do Estado e representantes dos beneficiários.⁶ A administração de tipo “top-down” deve dar lugar a um modelo de gestão cooperativo e democrático, pois “quanto maior é o grau de funcionamento autocrático da administração central, tanto menos eficaz será a função educacional da extensão e tanto maior será sua utilização como

⁴ Sobre estes desafios ao extensionismo, ver: RÖLING, N. e PRETTY, J. N. (1997, pp. 186-7).

⁵ Ver: PRETTY, J. N. (1995, p.1257).

⁶ Como dizem CRISTOVÃO, A. e outros (1997, p. 58), na atualidade é corrente a utilização de algumas dicotomias para o contraste entre diferentes abordagens dos programas de desenvolvimento, o que nos parece adequado quando se trata da extensão. As dicotomias-chave indicadas por estes autores são: centralizado x descentralizado; de cima para baixo x de baixo para cima; pré-desenhado x processo.

veículo da política estatal.” (WATTS, 1987, p. 31) Este modelo deveria estimular o diálogo e estabelecer um clima favorável para a cooperação entre os funcionários de uma entidade e destes com outras organizações do setor público, das organizações de representação dos agricultores familiares e ONG’s envolvidas em atividades de desenvolvimento rural. Por outro lado, o planejamento, acompanhamento e avaliação do trabalho extensionista seriam tarefas realizadas de forma conjunta por técnicos e agricultores, em diferentes níveis (regional, municipal e comunidade, por exemplo), considerando sempre os aspectos relativos às condições locais e adotando perspectivas de médio e longo prazo, pois só assim é possível entender a efetiva participação e a busca do desenvolvimento rural sustentável.⁷

Ademais, dadas as premissas antes enunciadas, a “missão” da Extensão Rural Agroecológica deveria centrar-se na necessidade de buscar um maior equilíbrio social e ambiental no meio rural. Dito em outras palavras, a missão historicamente atribuída à atividade extensionista, que esteve baseada na transferência de tecnologias para aumentar a produção e produtividade, deveria dar lugar à tentativa de integrar as metas de produção agrícola com os aspectos sociais, ambientais, culturais, políticos e éticos do desenvolvimento sustentável. Portanto, no estabelecimento de um novo marco para o extensionismo é preciso considerar que simplesmente buscar o “aumento da produtividade – objetivo histórico do desenvolvimento – equivale à determinada coerência e ordem sociais que resultam na degradação ecológica e na desordem” (ALTVATER, 1995, p. 130), que é justamente o que se procura ajudar a superar com a prática da Extensão Rural Agroecológica.

Assim, a missão primordial da extensão, desde a perspectiva social, deve ser a de contribuir para o desenvolvimento de modos de vida sustentáveis, particularmente para aqueles grupos sociais com poucos recursos e oportunidades. Desde a perspectiva econômica e ecológica, o extensionismo deveria contribuir para o fortalecimento de formas de agricultura ambientalmente

⁷ Sobre um modelo de avaliação participativo da atividade extensionista, no qual os beneficiários podem assumir um papel protagônico, Ver: DESHLER, D. (1997).

sustentáveis que garantam suficientes ingressos às famílias rurais com as quais atua.

Para cumprir com esta nova missão, a Extensão Rural Agroecológica deveria olhar sua atividade na agricultura a partir de quatro objetivos, igualmente importantes:

- a) Sustentabilidade: garantir o apoio à construção e manejo de agroecossistemas sustentáveis de modo que, apesar das restrições ecológicas e das pressões sócio-econômicas, possam ser alcançados e mantidos adequados níveis de produção;
- b) Estabilidade: atuar de forma conjunta com os agricultores e suas organizações com o objetivo de integrar os fatores de produção disponíveis local ou regionalmente e outros que estejam ao alcance dos mesmos, para melhorar a estabilidade na produção, respeitando as condições ambientais, econômicas e sociais prevaletentes e garantindo maior resiliência aos sistemas agrícolas;
- c) Produtividade: apoiar os agricultores na seleção de tecnologias de produção capazes de reduzir riscos e otimizar o uso dos recursos internos, de modo a alcançar, na totalidade dos sistemas agrícolas, níveis de produtividade estáveis e que não afetem negativamente o equilíbrio ecológico;
- d) Equidade: contribuir para a consolidação de formas cooperativas/associativas que fortaleçam os laços de solidariedade e que propiciem que o produto gerado nos agroecossistemas seja distribuído uniformemente, de maneira que atenda requisitos de segurança alimentar e geração de renda para todas as famílias envolvidas.

Do ponto de vista da práxis, a Extensão Rural Agroecológica só pode ser levada a cabo mediante metodologias que permitam por em andamento processos efetivamente participativos. Deste modo, se deveria optar por apoiar as iniciativas próprias dos beneficiários e estimular a participação dos mesmos como um direito, inclusive como um direito no que diz respeito ao controle social sobre a própria ação da extensão rural e de seus agentes. Nestes estilos de participação o agir através de grupos, é um aspecto fundamental, inclusive se diz que “uma especial característica desta mudança para práticas mais sustentáveis é a

importância dos grupos”, o que exigirá que os *facilitadores* sejam, além de tecnicamente bem treinados, capacitados para que desenvolvam as habilidades necessárias para atuar com grupos e organizações. Em função disso, a experiência prática está ensinando que, para desenvolver uma agricultura sustentável, os profissionais da extensão devem mudar seus compromissos e sua forma de ação, deixando de atuar como um experto transferidor de tecnologias passando a atuar como “um *facilitador* que trabalha com os agricultores para aprender, desenvolver tecnologias e transformar-se em experto”.⁸

É importante observar que “as abordagens e métodos participativos representam uma oportunidade para construir melhores ligações entre os vários atores e melhorar o conhecimento de uns pelos outros”. Além disso, já foi demonstrado que quando são utilizados “o Diagnóstico Rápido Participativo e outros métodos participativos, extensionistas e investigadores têm a oportunidade de trabalhar em conjunto, formando uma mesma equipe. Eles trocam experiências e conhecimentos e alcançam algum tipo de consenso com os agricultores sobre o que é mais necessário.” Ademais, os agricultores participantes tendem a confiar mais nos profissionais e na possibilidade de que estes lhes ajudem “sem impor soluções”. (PRETTY e VODOUCHÊ; 1997, p. 53)

Assim, ainda que reconhecendo a existência de um grande número de abordagens e métodos participativos, entendemos que a “investigação-ação participante” - que está presente no conceito de Extensão Rural Agroecológica - pode ser realizada mediante a aplicação de metodologias similares ao conhecido Diagnóstico Rural Participativo – DRP (*Participatory Rural Appraisal - PRA*) que se apresenta como uma interessante estratégia metodológica para a intervenção extensionista na perspectiva do desenvolvimento sustentável.

Assim mesmo, o Diagnóstico Rural Participativo oferece um conjunto de técnicas adequadas para o trabalho com grupos em condições de maior carência, além de contribuir para a redução dos custos da atividade extensionista e permite relativizar o papel dos agentes externos, ao mesmo tempo em que se aumenta o papel das famílias rurais em todas as etapas dos ciclos de projeto em uma

⁸ Ver: RÖLING, N. (1994, p. 269).

determinada localidade, comunidade, microbacia hidrográfica, etc. Uma comparação entre Diagnóstico Rural Rápido e Diagnóstico Rural Participativo indica, ademais, que o segundo é mais adequado para incrementar o poder local e a capacidade de gerar instituições e ações locais, que são elementos-chave para estratégias que buscam a sustentabilidade.⁹

Portanto, não se trata, apenas de uma crítica à prática convencional da extensão rural, senão que se trata de deixar claro que o futuro do extensionismo passa pela adoção de estratégias metodológicas participativas, sustentadas por uma pedagogia libertadora, ambos necessários ante os desafios sociais e ambientais aos que se deve enfrentar a Extensão Rural Agroecológica.¹⁰ Ademais, como diz Robert Chambers no prefácio ao livro intitulado “*Who Changes?: Institutionalizing participation in development*” (BLACKBURN e HOLLAND, 1998), “A participação sustentada em estratégias de desenvolvimento exige transformações em três domínios: métodos e procedimentos; cultura institucional; e comportamento e atitudes pessoais. Os três são necessários e cada um deles reforça os demais”. Chambers afirma também que “cada um deles representa pontos de entrada para as mudanças”. Ou seja, estamos ante a fronteira das mudanças, mas eles não serão um “acontecimento” fruto do nada, senão que dependem sobretudo da vontade dos indivíduos, de um “**novo profissionalismo**”.¹¹

⁹ Cf. CHAMBERS, R. (1994 e 1997).

¹⁰ Cf. THOMPSON, J. (1998, pp. 108-110), os estudos sobre a tendência das organizações públicas a adotar enfoques participativos indicam que existem pelo menos quatro motivações principais. A primeira está mais diretamente relacionada com a necessidade de sobrevivência das organizações governamentais do que com a sua vontade de “abraçar idéias de bom governo como a democracia e a distribuição de poder”. Isto ocorre, em geral, devido às pressões externas por maior eficiência e menores gastos. Em segundo lugar, esta mudança está sendo estimulada por algumas agências internacionais de apoio e financiamento de projetos, para criar processos de decisão baseados nas comunidades e associações locais. A terceira razão para a adoção de enfoques participativos por agências públicas de extensão rural, nasce do reconhecimento das falhas existentes nos enfoques convencionais de investigação e desenvolvimento que já se mostraram ineficientes para resolver as necessidades básicas das maiores. E a quarta motivação, está determinada pelo reconhecimento de experiências participativas realizadas com êxito pelo chamado “terceiro setor”, as quais chamaram a atenção dos governos e formuladores de políticas, porque demonstram que é possível melhorar os resultados do setor público, adotando estratégias participativas.

¹¹ Cf. CHAMBERS, R. (1997, p. 236). Assim, entre os problemas que são identificados com respeito às possibilidades de mudança, uma inquietude permanente, “é se nós, como profissionais do desenvolvimento, temos sentimentos e mudaremos nosso comportamento”, isto é, se estamos dispostos a abraçar as possibilidades de mudança e atuar de uma forma inversa à convencional. Os desafios estão postos para todos. Para nós, os extensionistas, o principal desafio é se conseguiremos falar menos e escutar mais, aprender a aprender e a facilitar processos de aprendizagem, ademais de “proporcionar opções” e serviços responsáveis e comprometidos com os beneficiários, que sejam impulsionados por um “novo profissionalismo”. Não se trata, evidentemente, de uma mudança que afetaria só aos extensionistas. Chambers também atribui responsabilidades para outros profissionais, dizendo que: economistas e burocratas

4 – O desafio de desenvolver um novo profissionalismo

Os desafios ao estabelecimento da extensão para o desenvolvimento sustentável ainda vão mais adiante do que foi até aqui analisado, já que os estudiosos deste tema indicam que para que ocorram mudanças sustentáveis é necessário desenvolver um “novo profissionalismo”¹². De fato, como sabemos, uma das deformações geradas pelo modelo de desenvolvimento agrícola ainda vigente foi a transformação imposta aos modelos de educação e formação de profissionais das ciências agrárias.¹³ Isto é reconhecido oficialmente, há alguns anos, como uma das dificuldades com respeito ao pessoal técnico da empresa, quando se diz que “a formação acadêmica atual dos técnicos conduz a uma visão do todo que é fragmentada”, o que dificulta a análise global dos agroecossistemas. (EMATER/RS; 1996, p. 225).

Na realidade, em vez de formar profissionais que entendam das condições específicas e totalizadoras inerentes aos processos agrícolas e do desenvolvimento rural, o ensino nas universidades e escolas agrícolas brasileiras adotou um modelo que privilegia a divisão disciplinar, a especialização e, por conseqüência, a difusão de receitas técnicas e pacotes tecnológicos. Assim, os profissionais egressos, em geral, não tiveram a oportunidade de chegar a uma compreensão da agricultura como uma atividade que, ademais de sua "função de produzir bens", é um processo que implica uma relação entre o homem e o ecossistema onde vive e trabalha, sem considerar que, para muitos agricultores, esta atividade se confunde com seu modo de vida. Em geral, na formação profissional não se faz sequer um momento de integração das disciplinas. Cada uma delas é entregue aos alunos em sua própria gaveta, isoladas das demais e, quase sempre, alheias à realidade objetiva da gente e dos processos agrícolas concretos. Esta primeira carência na formação limita a capacidade do profissional vir a ter uma visão holística da realidade na qual vai atuar e uma ação sistêmica, o que minimiza sua possibilidade de compreender a

devem descentralizar e apoiar a diversidade local; professores de universidades, institutos e escolas devem ir com seus alunos às povoações locais para aprender, devem revisar os currículos, reescrever os livros de texto, dar menos aulas e ajudar mais a que os outros aprendam. Igualmente, o autor faz recomendações no mesmo sentido para os líderes políticos, para o pessoal de ONG's, etc.

¹² Ver, entre outros: CHAMBERS, R. (1994); PRETTY, J. e CHAMBERS, R.(1994); PRETTY, J.N. (1995); RÖLING, N. e PRETTY, J.N. (1997); PRETTY, J. N. e VODOUCHÊ, S. D. (1997).

¹³ Cf. DIÁZ BORDENAVE, J. (1977); FAO (1993); FAO (1994).

agricultura a partir dos princípios básicos dos processos naturais e como uma resultante da co-evolução sociedade-ambiente.

A segunda grande deformação na formação dos profissionais das ciências rurais e agrárias está relacionada com a distância abstrata com que se trata o homem-agricultor. Em geral, se estuda muito sobre as máquinas e os insumos, mas muito pouco sobre os atores sociais e o papel decisivo que eles têm na agricultura e no manejo dos recursos naturais. O ensino costuma basear-se numa visão da agricultura como técnicas agrícolas aplicadas e pouco mais. Em terceiro lugar, e como conseqüência dos aspectos anteriormente considerados, as disciplinas que tratam dos aspectos da vida, do indivíduo, de suas relações, da sociedade onde ele vive, trabalha e atua, costumam ser desviadas em sua importância e inclusive costumam ter muito menor peso no conjunto do programa de formação. Este é o caso da Sociologia, mas também o é o da Extensão Rural, que, quando está presente nos currículos, está destinada a cumprir a tarefa de oferecer ao futuro profissional os instrumentos através dos quais pode fazer impor seu conhecimento diante do agricultor para garantir, mediante o uso de uma metodologia específica, a reprodução do modelo no qual e para o qual foi preparado.¹⁴ Além disto, não se pode esquecer que ao lado deste aspecto vamos encontrar também fortes implicações ideológicas e políticas no ensino, transpassadas pela dimensão “meritocrática” e de competição (status) presentes na questão educativa das sociedades atuais, que acaba incluindo valores que se reproduzem nas atitudes individuais e na prática dos agentes.

Tudo isso, em última instância, conforma um estilo de profissionalismo que pode ser entendido como um “profissionalismo normal”, ou seja, como aquele que se refere “ao pensamento, valores, métodos e comportamentos dominantes em uma profissão ou disciplina” de maneira que, “como a ciência normal, o profissionalismo normal é conservador”, baseado em “uma estrutura centro-periferia do conhecimento, da geração de conhecimento, transmitida pela educação e treinamento, pela hierarquia das organizações e por pautas de recompensa e carreiras”, que tendem a reproduzir ações profissionais também conservadoras. (CHAMBERS; 1994, p. 3-4)

¹⁴ Ver: CAPORAL, F. R. e FIALHO, J. R. D. (1989)

Por isso, a nova Ater pública exige um “novo profissionalismo” que se caracterize, em primeiro lugar, pela capacidade de por as pessoas antes das coisas, com especial atenção aos grupos menos favorecidos. Como já se destacou, os métodos ajudam, mas não são suficientes para construir novas relações entre agentes e beneficiários, de modo que os profissionais da Extensão Rural Agroecológica devem assumir novos conceitos, valores e comportamentos, ademais de novos métodos. Deve-se considerar que este “novo profissionalismo” é necessário, inclusive porque os métodos não são neutros, já que correspondem a contextos sociais, políticos e históricos específicos, de modo que podem ser utilizados “para levar a uma genuína capacidade de construção e organização, assim como podem ser utilizados apenas para satisfazer objetivos externos”. (PRETTY; 1995, p. 1256)

Um “novo profissionalismo”, ademais, requer que se reconheça que nem sempre o que pensamos e estabelecemos como necessidades dos indivíduos e grupos assistidos corresponde às necessidades sentidas por eles mesmos, de modo que o agente deveria estar, cotidianamente, buscando identificar os valores próprios dos beneficiários. Por outro lado, estabelecer um “novo profissionalismo” exige que, ao contrário do enfoque reducionista e cartesiano da formação profissional convencional, se adote uma formação mais multidisciplinar ou, pelo menos, se ampliem aspectos formativos que levem a uma maior capacidade de dialogar com outras profissões e interagir com outras disciplinas. Como destacam diversos autores, este “novo profissionalismo” é um grande desafio e requer uma ampla ação de capacitação e reciclagem de agentes de extensão rural que já estejam em serviço. Em qualquer caso, saliente-se que não se menospreza o papel dos especialistas, que devem integrar-se aos processos.

5 - Sobre o conteúdo das mensagens e a clientela da nova Ater pública

Como vimos antes, a tendência à mudança do paradigma da extensão rural indica a necessidade de mudanças no conteúdo das mensagens dos agentes. Já não se trata de indicar receitas ou difundir pacotes tecnológicos, senão de atuar também como um “*facilitador*” de processos e consultor de projetos. O novo profissional deverá ter a capacidade de investigar, identificar e fazer disponíveis aos

agricultores e suas famílias um conjunto de opções técnicas e não técnicas, compatíveis com as necessidades dos beneficiários e com as condições ambientais. Deve-se ter em conta que não se trata de uma tarefa fácil. Ao contrário, se trata de enfrentar o desconhecido, com situações complexas, com processos que exigem interação. Portanto, é impossível prever qual deveria ser o conteúdo das mensagens, pois isso será resultado de situações de aprendizagem específicas e diferenciadas.

Não obstante, o papel do extensionista como agente de desenvolvimento rural não perde seu valor e importância, ainda que o conteúdo de suas mensagens já não possa estar centrado só, ou principalmente, na difusão de informação em forma de pacotes tecnológicos. Isto está determinado pelo enfoque endógeno proposto pela Agroecologia e, portanto, o extensionista deveria levar em conta os recursos disponíveis na propriedade, a heterogeneidade com que se apresenta a problemática tecnológica e as diferentes racionalidades adotadas pelos camponeses na gestão de seu modo de produção e de reprodução social da unidade familiar.

Ademais, o desenvolvimento sustentável exigirá o manejo de informações-chave sobre políticas públicas, assim como o conhecimento necessário para enfrentar os novos desafios que o imperativo ambiental cria para a agricultura e para as famílias rurais. Deste modo, as mensagens deverão ser compatíveis com a complexidade de cada realidade incluindo aquelas inerentes ao manejo de agroecossistemas complexos e diversificados, o que impede a elaboração previa de um discurso tecnológico homogêneo, mesmo com base na Agroecologia. Isto é, as questões tecnológicas continuam sendo relevantes para o desenvolvimento da agricultura, mas elas devem sustentar-se principalmente no conhecimento de princípios e processos e não apenas em pacotes genéricos e previamente definidos. Assim mesmo, dentro de determinadas situações será fundamental que o extensionista contribua na gestão de informações sobre mercados, principalmente os mercados locais e regionais, assim como no estabelecimento de mecanismos que possibilitem a articulação dos agricultores com os consumidores e suas organizações, fortalecendo circuitos curtos de oferta e consumo, o que também não pode ser previamente estabelecido.

Com respeito aos beneficiários, todas as tendências indicam que a realidade atual não recomenda que a extensão rural siga mantendo uma posição neutra. Atualmente, tanto no Brasil como em outros lugares está se formando um consenso que os serviços de extensão financiados com recursos públicos devem atender com exclusividade às famílias rurais que trabalham em regime de agricultura familiar e, dentro deste conjunto, estabelecer prioridade para a ação junto a aquelas famílias mais excluídas, mais pobres, mais afastadas das condições mínimas de desenvolvimento humano e material.

Como conclusão:

Ao se propor uma Extensão Rural Agroecológica, é necessário considerar, também, o que vem sendo discutido sobre este tema no nível internacional quanto se trata da necessidade de inclusão da temática ambiental nos programas de extensão rural. Esta discussão não é nova, embora seja menos valorizada pela maioria dos gestores e dos extensionistas que labutam nas instituições de Ater.¹⁵

Reforça-se, portanto, a necessidade de mudar o paradigma extensionista, de modo que aquilo que propomos acima, como alternativas para que a extensão rural possa incorporar as novas variáveis do desenvolvimento sustentável, são apenas tópicos para uma mudança que será mais profunda e que, necessariamente, deverá ocorrer. Os desafios à extensão neste início de século tendem a acelerar ditas mudanças. Assim mesmo, estas mudanças se darão no marco de uma complexa transição ocasionada pela crise sócioambiental criada pelo modelo de desenvolvimento convencional o que indica a construção de uma nova visão de mundo, de novos valores e novas opções por parte da sociedade, que devem ser acompanhadas pelos profissionais da extensão rural.

¹⁵ Sobre isso, entre as conclusões da Conferência Mundial sobre este tema, encontramos que se entende que, apesar do complexo que é integrar a questão ambiental nos programas de extensão rural, é inadequado continuar com um modelo que divide a complexidade ambiental para tratar as partes como fatores isolados. Assim mesmo, se reconhece que existe um desencontro entre a natureza das instituições extensionistas e o caráter dos problemas ambientais, principalmente devido ao fato de que foram copiados modelos de extensão dos países desenvolvidos, que são orientados à “produção agrícola”, sem considerar e sem entender a complexidade das variáveis sócio-culturais de outras realidades. E, por fim, se “redescobre” que existe um “desafio pedagógico” para a integração do ambientalismo na atividade extensionista, ou seja, a necessidade de novos modos de aprendizagem e conhecimento, mediante métodos participativos capazes de superar os modelos de tipo “top-down”. (FAO; 1994, pp. 13-4)

Finalmente, cabe lembrar que a Extensão Rural Agroecológica atuará num ambiente conflitivo, pois a “transição para o desenvolvimento sustentável será um processo político intenso porque criará na sociedade um novo quadro de ganhadores e perdedores”¹⁶ e as organizações de extensão rural estarão no meio deste processo político, não sendo possível passar por ele de forma neutra.

Referências Bibliográficas

ALTIERI, M. A. El estado del arte de la agroecología y su contribución al desarrollo rural en América Latina. In: CADENAS MARÍN, A. (ed.) **Agricultura y desarrollo sostenible**. Madrid: MAPA, 1995. p. 151-203.

ALTVATER, E. **O preço da riqueza**. São Paulo: Editora da UNESP, 1995.

AXINN, G. H. **Guide on alternative extension approaches**. Roma: ESHE/FAO, 1988. (Existe versão em espanhol: “Guía de los distintos enfoques de la Extensión”, publicada em 1993).

BLACKBURN, J.; HOLLAND, J. **Who Changes? Institutionalizing participation in development**. London: Intermediate Technology Publications, 1988.

BRASIL Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural*. Brasília, DF: SAF/Dater, 2004.

BRASIL Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Diário Oficial da União, Ano CXLIII, nº 141, Seção 1, p. 2, Brasília, DF, 25/07/06.

CAPORAL, Francisco Roberto. **A Extensão Rural e os limites à prática dos extensionistas do serviço público**. 1991. 221f. Dissertação.(Mestre em Extensão Rural) - Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural, UFSM. Santa Maria, RS.

CAPORAL, F. R. **La extensión agraria del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible**: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil. Córdoba, 1998.

¹⁶ Cf. PEARCE, D. (1996, p. 288).

517f. (Tese de Doutorado) Programa de Doctorado en Agroecología, Campesinado e Historia, ISEC-ETSIAN, Universidad de Córdoba, España, 1998.

CAPORAL, Francisco Roberto; FIALHO, J. R. D. **A disciplina de Extensão Rural no curso de Agronomia da UFSM**: análise geral e sugestão de um novo programa. Santa Maria/RS: CPGER/UFSM, 1989. 41 p. (mimeo).

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Por uma nova extensão rural: fugindo da obsolescência. **Rev. Reforma Agrária**, Campinas: ABRA, v.24, n. 3, set/dez, 1994.(o mesmo texto pode ser encontrado na Rev. Extensão Rural, Santa Maria: DEAER/CPGER,UFSM, v.2, n. 2, jan/dez., 1994).

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural. In: Etges, Virgínia Elisabeta (org.). **Desenvolvimento rural: potencialidades em questão**. Santa Cruz do Sul: EDUSC, 2001; p.19-52.

CONTAG. **Grito da terra Brasil**: dossiê 1996. Brasília: CONTAG, 1997.

CONTAG/FASER “Seminário Nacional: Agricultura familiar e a extensão rural”. (Documento preliminar) Brasília, 11 e 12/09/95. 1995. 11 p. (mimeo).

COSTABEBER, J. A. e CAPORAL, F. R. “Possibilidades e Alternativas do Desenvolvimento Rural Sustentável”. In: VELA, Hugo. (org.) **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável no MERCOSUL**. Santa Maria, UFSM/Pallotti. 2003. p. 157-194.

CRISTOVÃO, A. Mudam-se os tempos, ... Mudem-se os modelos! Para a criação de novas formas de integração entre investigadores, extensionistas e agricultores. **Vida Rural**, Portugal, p. 6–10, março, 1997 .

CRISTOVÃO, A.; KOEHNEN, T.; PORTELA, J. Developing and Delivering Extension Programmes. In: SWANSON, B. E.; BENTZ, R. P.; SOFRANKO, A. J. (Eds.) **Improving Agricultural Extension**: a reference manual. Roma: FAO,

1997. p. 57–65.

CHAMBERS, R. El pequeño campesino es un profesional. **Rev. Ceres**, marzo/abril, 1980. p. 19-23.

CHAMBERS, R. **Rural Development: putting the last first**. Essex: Longman, 1983.

CHAMBERS, R. et al. **Agricultores experimentadores e pesquisa**. Rio de Janeiro: PTA, 1989. (Série Agricultores na Pesquisa, 1).

CHAMBERS, R. **Challenging the Professions: frontiers for rural development**. London: Intermediate Technology Publications, 1994.

CHAMBERS, R. **Whose Reality Counts? : Putting the first last**. London: Intermediate Technology Publications, 1997.

CHAMBERS, R.; GHILDYAL, B. P. La investigación agrícola para agricultores con pocos recursos: El modelo del agricultor primero y último. **Rev. Agricultura y Desarrollo**, número especial 2/3, p. 9-24.jun., 1992.

CHAMBERS, R.; PACEY, A.; THRUPP, L. A. (Eds). **Farmer First: Farmer innovation and agricultural research**. London: Intermediate Technology Publications, 1993.

DIÁZ BORDENAVE, J. E. **O Ensino da Disciplina de Extensão Rural nos Currículos de Ciências Agrárias**. (Texto apresentado na Reunião Técnica de Professores de Extensão Rural, realizada em Belo Horizonte - MG, del 11 al 14 de abril de 1977). 16 p. (mimeo).

DIÁZ BORDENAVE, J. **La Transferencia de Tecnología y la Teoría General de los Sistemas**. Costa Rica: IICA, 1977.

EMATER. Rio Grande do Sul. **Plano Estratégico Plurianual – 1997-2000**: marco referencial. Porto Alegre: EMATER/RS, 1996.

EMATER/RS **Marco Referencial para uma Nova Extensão Rural: Avanços Institucionais da EMATER/RS-ASCAR – Gestão 1999-2002**. Porto Alegre: EMATER/RS. 2002.

ESCOBAR, A. El desarrollo sostenible: diálogo de discursos. **Ecología Política**, Barcelona: Icaria, n. 9, p. 7-25, Jun. 1995.

FAO. **Report of the expert consultation on integrating environmental and sustainable development themes into agricultural education and extension programmes**. Expert Consultation realizada en Roma 30/11 al 3/12 de 1993. Roma: FAO, 1994.

FAO. **Educación Agrícola Superior**: la urgencia del cambio. Santiago/Chile: Oficina Regional de la FAO para América Latina y el Caribe, 1993. (Serie Desarrollo Rural).

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

NORGAARD, R. B. A base epistemológica da agroecología. In: ALTIERI, M. A. **Agroecología: As bases científicas da Agricultura Alternativa**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1989. p. 42-48.

PEARCE, D. Sustainable Development: The Political and Institutional Challenge. In: KIRKBY, J.; O'KEEFE, P.; TIMBERLAKE, L. (Eds.) **The Earthscan Reader in Sustainable Development**. London: Earthscan Publications, 1996. p. 287-289.

PRETTY, J. N. Participatory Learning for Sustainable Agriculture. **World Development**, v. 23, n. 8, p. 1247-1263, 1995.

PRETTY, J. N.; CHAMBERS, R. Towards a learning paradigm: new professionalism and institutions for agriculture. In: SCOONES, I.; THOMPSON, J.

(Eds.) **Beyond Farmer First: Rural people's knowledge, agricultural research and extension practice**. London: Intermediate Technology Publications, 1994. p. 182-202.

PRETTY, J. N.; VODOUCHÉ, S. D. Using Rapid or Participatory Rural Appraisal". en: SWANSON, B. E.; BENTZ, R. P.; SOFRANKO, A. J. (Eds.) **Improving Agricultural Extension: a reference manual**. Roma: FAO, 1997. p. 47–55.

RÖLING, N. Facilitating sustainable agriculture: turning policy models upside down. In: SCOONES, I.; THOMPSON, J. (Eds.) **Beyond Farmer First: Rural people's knowledge, agricultural research and extension practice**. London: Intermediate Technology Publications, 1994. p. 245-248.

RÖLING, N.; PRETTY, J. N. Extension's Role in Sustainable Agricultural Development. In: SWANSON, B. E.; BENTZ, R. P.; SOFRANKO, A. J. (Eds.) **Improving Agricultural Extension: a reference manual**. Roma: FAO, 1997. p. 181–191.

SEMINÁRIO NACIONAL AGRICULTURA FAMILIAR E A EXTENSÃO RURAL.1995. Brasília. **Documento preliminar...** Brasília: CONTAG/FAZER, 1995. 11 p. (mimeo).

THOMPSON, J. Participatory Approaches in Government Bureaucracies: Facilitating Institutional Change. In: BLACKBURN, J.; HOLLAND, J. **Who Changes?: Institutionalizing participation in development**. London: Intermediate Technology Publications, 1998. p. 108–117.

WATTS, L. H. Estructura Organizativa de la Extensión Agrícola. In: SWANSON, B. E. (Comp.) **La extensión agrícola: manual de consulta**. Roma: FAO, 1987. p. 23-45.

Anexo 1: Alguns elementos para a comparação entre tipos de extensão

Indicadores	Extensão Rural	Extensão Rural
-------------	----------------	----------------

	Convencional	Agroecológica
Bases teóricas e ideológicas	Teoria da Difusão de Inovações. Conhecimento científico em primeiro lugar.	Desenvolvimento local. Agricultor em primeiro lugar. Resistência dos camponeses.
Principal objetivo	Econômico. Incremento de renda e bem estar mediante a transferência de tecnologias. Aumento da produção e produtividade.	Ecossocial. Busca de estilos de desenvolvimento sócio-economicamente equilibrado e ambientalmente sustentável. Melhorar as condições de vida com proteção ao meio ambiente.
Compreensão sobre meio ambiente	Base de recursos a ser explorada para alcançar objetivos de produção e produtividade. Aplicação de técnicas de conservação.	Base de recursos que deve ser utilizada adequadamente de forma a alcançar estabilidade nos sistemas agrícolas. Evitar ou diminuir impactos ao ambiente e aos estilos de vida.
Compreensão da agricultura	Aplicação de técnicas e práticas agrícolas. Simplificação e especialização.	Processo produtivo complexo e diversificado, em que ocorre a co-evolução das culturas e dos agroecossistemas.
Agricultura sustentável	Intensificação verde. Aplicação de tecnologias mais brandas e práticas conservacionistas em sistemas convencionais.	Orientação agroecológica. Tecnologias e práticas adaptadas a agroecossistemas complexos e diferentes

		culturas.
Metodologia	Para transferência de informações e assessoramento técnico. Participação funcional dos beneficiários.	Para recuperação e síntese do conhecimento local, construção de novos conhecimentos. Investigação-ação participativa.
Comunicação	De cima para baixo. De uma fonte a um receptor.	Diálogo horizontal entre iguais. Estabelecimento de plataformas de negociação.
Educação	Persuasiva. Educar para a adoção de novas técnicas. Induzir ao cambio social.	Democrática e participativa. Incrementar o poder dos agricultores para que decidam.
Papel do agente	Professor. Repassar tecnologias e ensinar práticas. Assessor técnico.	Facilitador. Apoio à busca e identificação de melhores opções e soluções técnicas e não técnicas.